

REVISTA
TEORÍA Y PRÁCTICA
DE LA
ARQUEOLOGÍA HISTÓRICA LATINOAMERICANA

ISSN: 2250-866X (impreso) | ISSN: 2591-2801 (en línea)

AÑO V, VOLUMEN 5, VERANO DE 2016



CENTRO DE ESTUDIOS DE ARQUEOLOGÍA HISTÓRICA
FACULTAD DE HUMANIDADES Y ARTES | UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO

PARTICIPA EN LA RED DE ESTUDIOS INTEGRADOS SOBRE LOS PAISAJES SUDAMERICANOS
(Universidad Nacional de Rosario, Universidad Nacional de Río Cuarto,
Universidad Nacional de San Juan, Universidad de la República, Universidad Nacional de Trujillo)

AUTORIDADES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO

Rector: Dr. Arq. Héctor Floriani
Vicerrector: Lic. Fabián Bicciré
Secretario general: Lic. Mariano Balla
Secretario académico: Dr. Carlos A. Hernández

AUTORIDADES DE LA FACULTAD DE HUMANIDADES Y ARTES

Decano: Prof. José Goity
Vicedecano: Prof. Marta Varela
Secretaria Académica: Dra. Liliana Pérez

AUTORIDADES DEL CENTRO DE ARQUEOLOGÍA HISTÓRICA

Directora: Dra. Ana María Rocchietti
Secretaria: Prof. Nélide De Grandis
Prosecretaria: Lic. Marianela Biscaldi

El Centro de Estudios de Arqueología Histórica de la Universidad Nacional de Rosario agradece al Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe por su colaboración, la cual permitió la edición impresa del quinto volumen de esta revista.

Revista del Centro de Estudios de Arqueología Histórica
Teoría y práctica de la arqueología histórica latinoamericana
Actas del Quinto Simposio de Arqueología Histórica Latinoamericana
Presidente del Simposio: Licenciada Ruth Poujade



Directoras Editoras

Ana María Rocchietti y Nélide De Grandis

Secretaria

Irene Dosztal

Comité Editor

Ana María Rocchietti, Nélide De Grandis,
Marianela Biscaldi, Mónica Valentini,
Cristina Pasquali, Mariano Darigo, María
Victoria Roca

Comité Científico del V Simposio

Dra. Nidia Areces
Dr. Raúl Bolmaro
Dr. Luis María Calvo
Lic. Juan Castañeda Murga
Dr. Leonel Cabrera Pérez
Lic. Carlos Ceruti
Lic. César Gálvez Mora
Dr. Juan Leoni
Dra. Eugenia Néspolo
Lic. Ruth Adela Poujade
Dr. Sebastián Pastor
Ing. Adrián Pifferetti
Dr. Mariano Ramos
Dr. Daniel Schávelzon
Dra. Marcela Tamagnini
Dra. Alicia Tapia

Comité Científico

Dr. Raúl Bolmaro (Universidad Nacional de Rosario)
Dr. Luis María Calvo (Museo Etnográfico de Santa Fe y Parque Arqueológico de Santa Fe La Vieja)
Lic. Carlos Ceruti (CONICET)
Dra. Dora de Grinberg (Facultad de Ingeniería, UNAM)
Dra. Eugenia Néspolo (Universidad Nacional de Luján)
Ing. Tulio Palacios (Comisión Nacional de Energía Atómica)
Lic. Ruth Poujade (Programa Misiones Jesuíticas – Provincia de Misiones)

Dr. Mariano Ramos (Universidad Nacional de Luján)

Dra. Ana María Rocchietti (Universidad Nacional de Rosario)

Dr. Daniel Schávelzon (Centro de Arqueología Urbana – Universidad de Buenos Aires)

Dra. Marcela Tamagnini (Universidad Nacional de Río Cuarto)

Dra. Alicia Tapia (Universidad de Buenos Aires)

Dr. Arno Álvarez Kern (Centro Nacional de Pesquisas – Brasil)

Dra. Noemí Walsøe de Reca (CONICET)

Lic. Mónica Valentini (Universidad Nacional de Rosario)

Evaluaron este Volumen

Horacio Chiavazza, Mónica Valentini,
Rafael Curtoni, Irene Dosztal, Josefina
Piana, Daniel Schávelzon, Fátima Solomita

Diseño y diagramación

Odlanyer Hernández de Lara

Curaduría

Irene Dosztal

Foto de tapa: Sistemas hidráulicos en Satafé de Bogotá, Colombia. Foto del texto de Therrien, Cohen y Hoyos.

Propietario responsable:

Facultad de Humanidades y Artes,
Universidad Nacional de Rosario
Centro de Estudios de Arqueología
Histórica
Entre Ríos 758. Rosario, provincia de Santa Fe (2000). Argentina.
Telf.: +54 (0341) 4802670
E-mail: ceahunr@gmail.com

Decreto Ley 6422/57 de Publicaciones Periódicas

GUERRILLA DEL ARAGUAIA: ARQUEOLOGÍA, HISTORIA Y DERECHOS HUMANOS

Michel Justamand* y Patrícia Sposito Mechi**

Resumen

El artículo presenta algunas consideraciones sobre las posibles contribuciones que la arqueología puede ofrecer al conocimiento de uno de los episodios más oscuros de la dictadura cívico-militar de Brasil (1964-1985): la guerrilla del Araguaia. Ocurrió en la región norte, en la triple frontera entre los estados de Pará, Maranhão y Tocantins (la estación norte de Goiás) y organizado por el Partido Comunista de Brasil (PC do B) la guerrilla era la forma principal de lucha contra la dictadura de lo vislumbrada por esta alianza política, el contexto represivo establecido desde el golpe de Estado que se inició el último período de la dictadura brasileña. En la guerrilla, casi todos los guerrilleros murieron, muchos de los cuales están incluidos en los listados organizados por las entidades que reúnen las familias de los muertos y desaparecidos políticos de aquellos años, y los informes de asesinatos, torturas y desapariciones de campesinos de la región.

Palabras clave: arqueología, historia y derechos humanos.

Abstract

The paper presents some considerations on the possible contributions that archeology can offer the knowledge of one of the darkest episodes of the Brazilian civil-military dictatorship (1964 to 1985): the Araguaia's guerrilla. Occurred in the northern region in the triple border between the states of Pará, Maranhão and Tocantins (the northern season of Goiás) and organized by the Communist Party of Brazil (PC do B) the guerrilla was the main form of struggle against dictatorship envisioned by this policy guild, the repressive context established from the coup that started the last Brazilian dictatorship period. In guerrilla warfare, almost all guerrillas were killed, many of which are included in the listings organized by entities which meet the families who have killed and disappeared in those years, besides that reports of killings, torture and disappearances of peasants in the region.

Keywords: archeology, history and human rights.

* Docente da UFAM – Universidade Federal do Amazonas, lotado no INC – BC Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, micheljustamand@yahoo.com.br.

** Docente da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana, lotada em Foz do Iguaçu, patricia@uft.edu.br.

Introdução

O conhecimento de um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira (1964 à 1985), a guerrilha do Araguaia, é um grande desafio a uma gama de pesquisadores de diversas áreas do saber. Trata-se de um episódio em que as forças repressivas que nele atuaram esforçaram-se (e ainda se esforçam) para ocultar ou mesmo negar sua existência. Ocorrida na região norte do país (Figura 1) na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) a guerrilha foi a principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro.

Uma das dificuldades para seu conhecimento foi o assassinato da quase totalidade dos guerrilheiros que nela atuaram. Desses guerrilheiros muitos constam nas listagens organizadas por entidades que reúnem os familiares de mortos e desaparecidos políticos daqueles anos (Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos; instituto de estudos da violência do Estado; Grupo Tortura Nunca Mais 1996), além de relatos de assassinatos, torturas e desaparecimentos de camponeses da região.

Outra dificuldade refere-se à negação, pelos militares, de sua existência em fins da década de 1970. Quando finalmente admitiram a existência da guerrilha, eles afirmavam que os documentos sobre ela haviam sido destruídos, o que pesquisas recentes mostram não ser verdade (Morais e Silva 2005).

Merece menção também a intimidação contínua e sistemática daqueles que vivenciaram o cotidiano da repressão: os moradores da região, em particular aqueles que foram guias do Exército durante a guerrilha e que teriam indicações dos locais onde foram mortos ou enterrados os guerrilheiros. Mesmo que muitos deles sintam-se respaldados pelas diversas ações, inclusive as da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, há ainda um número expressivo de pessoas que se negam a comentar o episódio, com medo das represálias que possam sofrer.

Algumas considerações sobre a história e a historiografia da guerrilha

A guerrilha foi reprimida pelas Forças Armadas, com clara preponderância do Exército, e contou com a colaboração das forças policiais locais dos estados de Goiás e Pará, além de camponeses, estes últimos forçados a colaborar sob pena de prisão, tortura e morte.

Os mais recentes estudos tem se debruçado sobre este grupo social, os camponeses, habitantes tradicionais da região, entendendo que ele teve papel fundamental no desenrolar da guerrilha e sua repressão (Mechi 2012). Discute-se que tanto para os guerrilheiros quanto os militares, o contato e a colaboração da população local foi decisiva, e é partir dos relatos dos camponeses, que está sendo recuperado muito da experiência social dos guerrilheiros, mas também das formas repressivas que foram utilizadas pelas Forças Armadas na região.

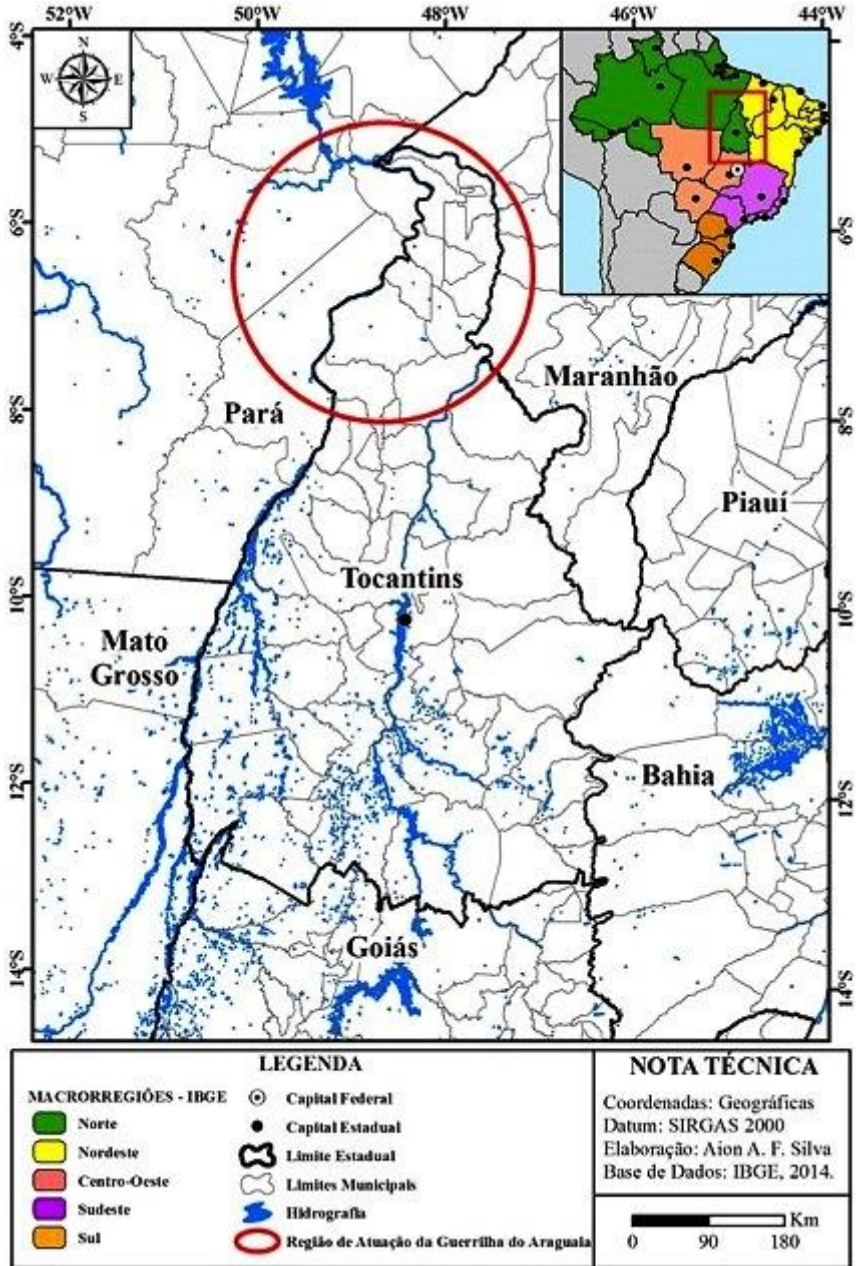


Figura 1: Ubicación geográfica dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira

Outro aspecto sempre presente na militância dos familiares dos mortos e desaparecidos e que vem ganhando maior problematização na produção acadêmica, refere-se a temática dos Direitos Humanos. Há diversos elementos que permitem aos pesquisadores recuperar a sua sistemática e contínua violação no Araguaia.

Nos primeiros meses após a descoberta de militantes na região – as Forças Armadas não sabiam ainda que se tratasse de uma guerrilha organizada pelo PC do B – foram enviadas para a região tropas comuns, mobilizadas nas proximidades; tratavam-se principalmente de policiais militares e recrutas do Exército. Ao abordarem a população para procurar descobrir elementos para enfrentar o inimigo ainda desconhecido, utilizaram largamente prisões arbitrárias e se usaram também de interrogatórios.

Esta forma de relacionamento das forças repressivas com a população, entretanto, não foi exclusividade do Araguaia e pode ser percebida em outros movimentos de luta no campo, como os movimentos dos camponeses das Ligas Camponesas, de Porecatu e da Revolta camponesa de Trombas e Formoso. Neste último, a repressão aos camponeses também se desenvolvia de forma semelhante à que relatam os camponeses do Araguaia. “A prisão, um caixote de madeira que cheirava a sangue, os espancamentos e a queima de roças e de casas, além da presença do jagunço aterrorizando os camponeses foi constante nos conflitos em torno da posse de terra” (Abreu 2002: s/p).

Na repressão à guerrilha, estas práticas, identificadas também em outros movimentos camponeses, tornaram-se cotidianas. Entretanto, no Araguaia, uma especificidade da atuação das forças repressivas junto aos camponeses é que “o ataque era indiscriminado, atingindo um número muito grande de camponeses, diferente de outros movimentos, nos quais se contam os ataques às roças e casas às dezenas, no Araguaia eram centenas” (Mechi 2012: 107).

A forma mais utilizada de repressão e intimidação dos camponeses foi a queima das roças e das casas, que tinha como uma de suas finalidades desencorajar os moradores a prestarem auxílio à guerrilha, buscando “matá-la de fome”. Ter ajudado os guerrilheiros com os produtos produzidos para sua subsistência muitas vezes significou ao camponês ser levado às prisões e as torturas (Nascimento 2000).

Como se vê, durante a guerrilha, existiram diversas formas de reprimir o movimento que afetaram os moradores. Uma das mais mencionadas nos relatos dos camponeses foi a prisão em massa. Cerca de 300 moradores da área da guerrilha foram presos e levados para a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), também conhecida como “Casa Azul”. Nela funcionava uma base militar, que se localizava na região de Bacaba. Lá, além das prisões, diversos moradores sofreram com as torturas contra eles empregadas, além de relatarem terem visto guerrilheiros presos, os mesmos que hoje estão desaparecidos, como é o caso da guerrilheira Rosinha - Maria Célia Corrêa (Mechi 2012).

Os apontamentos anteriores, sem a pretensão de explorar exaustivamente os métodos repressivos utilizados pelas Forças Armadas durante a guerrilha, servem de ponto de partida para a reflexão sobre a necessidade de estudos interdisciplinares, entre áreas do saber como a história e a arqueologia.

Nos relatos e situações repressivas mencionadas demonstram-se as possibilidades de investigações arqueológicas e que estas podem iluminar pontos que a historiografia não é capaz de elucidar. O cruzamento da documentação escrita com

os depoimentos são objetos de futuras prospecções (Funari 2010). Tal metodologia arqueológica serviria para o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a história da região e, conseqüentemente, da guerrilha.

Outro aspecto relevante que pode enriquecer o estudo da guerrilha é a inviabilidade da utilização de tropas regulares para reprimi-la. Para levar a cabo a missão de exterminar a guerrilha, foram necessárias três investidas oficiais. Entretanto, apenas quando os militares utilizaram táticas de guerrilhas e da conhecida “guerra suja” é que se saíram vitoriosos. Este aspecto deixa claro que, no contexto do Araguaia, de selva densa, população rarefeita e com guerrilheiros adaptados à região, a derrota dos exércitos em suas formações convencionais eram iminentes. A destruição da guerrilha adveio apenas quando do abandono dos métodos tradicionais, utilizando-se técnicas de guerrilhas que tem origens primitivas, que já ocorreu em campanhas de exércitos conhecidos pelo mundo (Keeley 2011).

O combate primitivo, ou a tática de guerrilha, são superiores à variedade, dos chamados civilizados. Esse último é um combate estilizado, ritualizado e relativamente menos perigoso. Nas táticas de combate primitivo os inimigos são todos mortos, na maioria das ocasiões, especialmente os homens adultos, estratégia para garantir o mínimo de risco (Keeley 2011). Isto é algo que guarda alguma semelhança com o que fora feito pelos militares no Araguaia, quando se buscou prender e torturar chefes de família. Outro aspecto de guerra primitiva ou de guerrilha é negar-lhes os meios de subsistência, destruindo as suas produções, seja por vandalismo ou por roubo, também foram procedimentos desenvolvidos pelos militares na região.

Sequestros de mulheres e crianças também podem ter incidido, segundo apontam os depoimentos descritos por Mechi (2012), além de promover o terror na região (Keeley 2011), para que os camponeses abandonassem suas terras.

Acrescente-se, ainda que os militares, quando de sua atuação na região do Araguaia e durante a guerrilha, utilizaram uma tortura pouco conhecida no Brasil, mas que pode guardar similaridade com outros episódios de repressão no campo: O “Buraco do Vietnã”, cujo nome remete à famosa guerra travada entre os Estados Unidos e o Vietnã do Sul, entre os anos de 1955 e 1975. O “Buraco do Vietnã”, portanto, teve vigência na região do Araguaia no mesmo período em que se desenvolvia a guerra no sudoeste asiático, marcado pela derrota da grande potência americana e pela utilização de táticas de guerra não convencional pelos combatentes vietnamitas, conhecidos como os *vietcongs*.

Arqueologia, Direitos humanos e a Guerrilha do Araguaia

A Arqueologia tem se mostrado uma grande aliada dos direitos humanos na América Latina, em particular ao oferecer seu aporte teórico e metodológico para desvendar os mecanismos de repressão e resistência que vigoraram nos regimes ditatoriais durante as décadas entre 1960 e 1980 (Justamand *et al.* 2014). É assim que vemos a importância da ciência arqueológica ligada às questões da Guerrilha do Araguaia.

Tal ciência traz, atualmente, novas dimensões para os estudos sobre as ditaduras militares no continente. Contribuindo na elucidação de aspectos que a documentação escrita ou oral nem sempre esclarece, especialmente nos casos onde a documentação ainda é muito fragmentária.

Nesses casos, os saberes arqueológicos estabelecem uma interface importante com a História, evidenciando outros prismas de análise em que se privilegiam os vestígios materiais, contribuindo para esclarecer os procedimentos repressivos dos regimes ditatoriais.

Nota-se isso, por exemplo, por meio do exame das ossadas encontradas; contudo, sua contribuição vai além da identificação dos desaparecidos. São importantes também os vestígios deixados nos locais onde se praticaram torturas e ou assassinatos (como é, por exemplo, os casos dos “buracos do Vietnã”). Além de possíveis análises técnicas dos instrumentos abandonados em porões dos centros clandestinos de detenção (Zarankin e Niro 2008), inscrições e marcas deixadas em paredes (S. Navarrete e Y. López 2008), as roupas usadas, os mobiliários, entre outros. Assim, a ciência arqueológica ajuda na recuperação da História e da memória dos desaparecidos e na compreensão dos sistemas repressivos, especialmente sobre a documentação fragmentária deixada pelas ditaduras, na questão da Guerrilha do Araguaia e mais ainda. Assim, esperam-se das investigações arqueológicas as contribuições esclarecedoras dos procedimentos repressivos e a recuperação da História dos desaparecidos (Carvalho e Funari 2009).

Algumas pesquisas já foram levadas a cabo por equipes de arqueólogos forenses na região da Guerrilha. No histórico dos moradores da região está “inscrita” a obrigação de trabalhar para os militares durante a ditadura. Recentemente as pesquisas das equipes que atuaram na região levantaram que 21 guerrilheiros teriam sido presos pelas Forças Armadas e, dentre eles 18 foram vistos circulando pelas bases militares. Todos estão desaparecidos e não há registros oficiais sobre essas mortes (Ministério Público Federal 2002).

Essas pesquisas conseguiram seguir em frente graças à pressão exercida fortemente pelos familiares que levou, em 1995, à aprovação da Lei nº 9140, de dezembro de 1995 (Ministério Público Federal 2002), dando subsídios para que no ano seguinte fosse montada uma operação na região, para a qual se contratou o E. A. A. F. – Equipo Argentino de Antropologia Forense. Na ocasião foram localizados os restos mortais de duas pessoas: a de Maria Lucia Petit, identificada em 1996, e a ossada de Bergson Gurjão Farias, identificada apenas em 2009 (Justamand *et al.* 2014).

Em 2001, a partir das necessidades apontadas pelas ações anteriores, nova investigações foram feitas na área da guerrilha do Araguaia, e outros locais foram escavados num trabalho realizado pelos arqueólogos do Museu Emílio Goeldi. Entretanto, nessa ocasião não se encontraram evidências de que nos locais escavados tivesse havido sepultamento. As mudanças na paisagem depois de quarenta anos do início da guerrilha e a necessidade de maiores recursos tecnológicos dificultaram os trabalhos. Apesar de terem sido levantadas informações sobre nove militantes sepultados ou vistos pela última vez na base militar de Bacaba¹, outros

seis vistos ou enterrados em Xambioá, e quatro militantes em outros locais (Ministério Público Federal 2001).

Novo fôlego para as investigações dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia foi dado em 2010, graças à condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos. O motivo foi por não ter punido os responsáveis pela morte e desaparecimento de 62 pessoas. A sentença determina que o Estado brasileiro determine o paradeiro das vítimas, identifique e entregue os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento médico, psicológico e psiquiátrico, quando necessário (Mechi 2013).

A partir dessa condenação, foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, coordenado conjuntamente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa. O grupo conta com o apoio de equipe técnica pericial e as expedições são acompanhadas por familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha e representantes do Ministério Público Federal (MPF). Ao todo, já foram realizadas cinco expedições na região, muitas delas no cemitério de Xambioá (Justamand *et al.* 2014).

O trabalho ainda inconcluso do GTA já resgatou 25 ossadas que aguardam identificação em Brasília. O foco dos trabalhos claro é a identificação das ossadas dos desaparecidos políticos. Trabalho que pode ser continuado por algum especialista e ou sua equipe. Esse que será de muita valia para os próximos passos da reconstrução da história ainda emudecida da região.

Entre os muitos vestígios passíveis de serem analisados estão: as garrafas, os medicamentos, os projéteis, as pilhas, os recipientes de comida vazios, avaliados pelo GTA como indicativos da existência de uma base de comunicação militar no local (Grupo De Trabalho Araguaia 2011). Vestígios que aguardam novos interesses no desenvolvimento da pesquisa arqueológica e forense do Araguaia.

Considerações finais e conclusão

Consideramos que parte importante da história da ditadura civil-militar brasileira ainda está encoberta. Estaria encoberta por um véu que esconde as ações de agentes de estado que cometeram crimes lesa humanidade, negando às famílias dos desaparecidos o direito de sepultar os restos mortais de seus entes queridos. E negando à sociedade brasileira compreender, em toda a sua plenitude, este período triste de nosso passado.

Este quadro tem sido vivamente combatido por entidades ligadas aos direitos humanos. Entidades que lutam, entre outras coisas, pela revisão ou revogação da Lei de Anistia de 1979. Visto que esta se trata de uma lei de auto-anistia que protege, na verdade, a muitos dos criminosos e que não está em consonância com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

As famílias dos desaparecidos ainda aguardam os corpos para os justos e devidos enterros. Esperam também esclarecimentos, indenizações do estado, por ocultação de cadáveres, sequestro, desaparecimentos, assassinatos, etc. Essas mês-

mas famílias lembram que os criminosos não podem continuar impunes. Além dos militantes mortos, há mães desses desaparecidos, que também foram mortas, por reivindicarem a volta dos seus filhos ou a entrega dos corpos. Esses são vestígios de um estado terrorista.

O estado brasileiro foi condenado na corte internacional das Américas a dar conta dos corpos dos desaparecidos e acertar definitivamente as contas com a sua história e com aqueles que perderam a vida, mas deixaram um legado histórico de luta.

Ainda a passos lentos, o estado e a sociedade brasileira avançam, a exemplo de sindicâncias promovidas pelas próprias instituições militares, aeronáutica, marinha e exército. Segundo o coordenador da CNV – Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, essa iniciativa é um fato inédito na história das Forças Armadas, que nunca haviam se predisposto a fazer esta investigação. É um gesto de reconhecimento de que graves violações de direitos foram uma realidade nesses estabelecimentos. Segundo Dallari, as Forças Armadas entenderam que precisam contribuir com a sociedade no esclarecimento do que ocorreu (Notícias UOL 2014).

Os arqueólogos em ação na região da guerrilha, com os vestígios em mãos, podem contribuir para os esclarecimentos, a partir das técnicas e interpretações, cooperando para a construção da memória social. Dessa forma a ciência arqueológica é colaborativa com as praticas dos direitos humanos. Exumar eventos dolorosos também é um fazer arqueológico, haja vista toda a produção científica já realizada nessa área, especialmente na América Latina (Funari *et al.* 2008).

Notas

1. Bacaba era uma das bases que as Forças Armadas instalaram na região. Funcionando na fazenda de mesmo nome lá foram mantidos presos e torturados cerca de 300 moradores da região. o Tenente-Coronel José Vargas Gimenez, que admitiu ter torturado prisioneiros, relata que: “As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones de campanha portáteis; telefone, que consistia em dar tapas com força, simultaneamente, nos ouvidos, com as mãos abertas; colocá-los em pé, descalços, em cima de duas latas de leite condensado, apoiando-se somente com um dedo naparede; dar-lhes socos em pontos vitais como fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e cabeça; além de fazê-los passar fome e sede”. Ver: Jiménez, José Vargas. 2007. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor.

Referencias bibliográficas

ABREU, S. de B. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. 2002. Brasília, André Quicé Editor.

CARVALHO, Aline Vieira de e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos ditatoriais latino-americano. In: SOARES, Inês Virgínia Prado e KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum.

CARVALHO, Aline Vieira de e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. Arqueologia forense como arqueologia pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. In: Carvalho, Aline Vieira de; Soares, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. *Arqueologia, direito e democracia*. Erechim: Habilis.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. 1996. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

DIAS Filho, Claudemir Rodrigues. 2009. Entomologia forense e remanescentes humanos. In: CARVALHO, Aline Vieira de; SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. *Arqueologia, direito e democracia*. Erechim: Habilis.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. 2010. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto.

FUNARI, Pedro P. A. 2013. “Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências”. *Ciência e Cultura* [online]. Vol.65, n.2.

FUNARI, Pedro Paulo A. e SOARES, Inês Virginia Prado. No prelo. *Arqueologia da resistência e dos direitos humanos*.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés & REIS, José Alberioni dos. 2008. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.

GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA. *Relatório de conclusão. 04 de novembro de 2011*, fl 22. Disponível em: <http://2ccr.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de-transicao/relatorios-1/relatorio-final-gta-2011/Relatorio%20Final%20de%202011.PDF> acessado em: 10 de julho de 2012. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/01/pela-1-vez-forcas-armadas-reconhecem-violacoes-na-ditadura-diz-coordenador-da-cnv.htm>

JIMÉNEZ, José Vargas. 2007. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, Editora do Autor.

JUSTAMAND, Michel; MECHI, Patrícia Sposito & FUNARI, Pedro Paulo A. 2014. Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira, in: MECHI, Patricia Sposito & MELO, Wanderson Fábio. *Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações*. Palmas: Editora da UFT.

KEELEY, Lawrence H. 2011. A guerra antes de civilização. Trad. Fábio Faria. São Paulo: É Realizações.

MECHI, Patrícia Sposito. 2012. *Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Tese de Doutorado, PUC-SP.

MECHI, Patricia Sposito. Março de 2013. “Contra a revolução, a barbárie”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Guerrilhas. N. 90.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Pará. Pará, junho de 2001. *Inquérito Civil Público. Assunto: Direitos Humanos. Guerrilha do Araguaia. Investigação visando localizar os restos mortais de vítimas da repressão política*.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. Brasília, janeiro de 2002. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial.

NASCIMENTO, Durbens Martins. 2000. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará.

S. NAVARRETE, Rodrigo e Y. LÓPEZ, Ana Maria. Rabiscando atrás das grades: grafites e imaginário político-simbólico no Quartel San Caelos (Caracas / Venezuela). 2008. In: Funari, Pedro Paulo; Zarankin, Andrés & REIS, José Alberioni dos. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.

SOARES, Inês Virgínia Prado & KISHI, Sandra Akemi Shimada. 2009. Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum.

ZARANKIN, Andrés e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”: arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980). In: Carvalho, Aline Vieira de; Soares, Inês Virgí-

nia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. Arqueologia, direito e democracia. Erechim: Habilis.

ZARANKIN, Andrés e NIRO, Claudio. 2008. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura militar argentina (1976-1983). In: Funari, Pedro Paulo; Zarankin, Andrés & REIS, José Alberioni dos. Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980). São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.

Recibido: 12 de abril 2016.

Aceptado: 7 de octubre 2016.